

Fiscalização acaba com feira ilegal

Foram derrubadas 21 barracas em
área pública perto do Carrefour Norte

CARLOS EDUARDO CÂNDIDO

Muita confusão, empurra-empurra entre feirantes e policiais militares, choro, desespero e, também, solidariedade das pessoas. Foi desta maneira que a Administração de Brasília realizou, na manhã de ontem, mais uma operação de derrubada de invasão de área pública. A feira, localizada há mais de oito anos entre o Carrefour Norte e o Setor de Oficinas Norte, contava com 21 barracas irregulares. Todas foram derrubadas. A operação foi realizada em conjunto pela Administração de Brasília, o Sistema Integrado de Vigilância do Uso do Solo (Siv-Solo) e a Polícia Militar.

Os fiscais da Administração, após derrubar as barracas e quiosques, recolheram mais de 15 caminhões de mercadoria: mesas, cadeiras, armários e prateleiras. Os feirantes que possuíam caminhões próprios puderam fazer o carregamento e o transporte da mercadoria. O material foi

levado para o depósito da Administração e os proprietários têm 30 dias para retirar, mediante pagamento das multas. Se esse prazo vencer, o material é incorporado ao patrimônio do Governo do Distrito Federal e doado para entidades filantrópicas.

Os feirantes alegam que não receberam nenhuma notificação e, por isso, os fiscais não teriam direito de derrubar. Paulo Rogério, que trabalhava na feira há seis anos, avalia que suas mercadorias valessem mais R\$ 30 mil. "Se juntar tudo dá mais de R\$ 30 mil. É com esse patrimônio que eu colocava comida dentro de casa", reclamou.

Helena Amaro, chefe de fiscalização da Administração Regional, explica que, por estarem em área pública, os feirantes não precisam ser notificados da derrubada. De acordo com Helena, eles receberam uma notificação no ano de 2000 que avisava sobre a possibilidade de apreensão das mercadorias e a derrubada das barracas.



Os fiscais da Administração de Brasília recolheram mais de 15 caminhões de mesas, cadeiras, armários e outros materiais: houve quem reclamasse prejuízo de mais de R\$ 30 mil



Contra choro, força policial

O momento mais tenso da operação foi a derrubada de um trailer que funcionava como uma espécie de restaurante. A proprietária, Ana Rita dos Santos, estava instalada na feira há mais de quatro anos. Ela apresentou à equipe do **Jornal de Brasília** um termo de autorização de área pública, datado de 9 de agosto de 1999 e com validade de 24 meses. Ana Rita sabe que o documento estava vencido, mas argumenta que toda vez

que procura a Administração, é informada de que a autorização não pode ser renovada. "Pago todo mês uma taxa de utilização de área pública e mesmo assim derrubam meu trailer", reclamou, chorando.

O sargento Luiz Carlos Coutinho, fiscal do Siv-Solo, explicou que as pessoas pagam essa taxa de utilização de área pública sabendo que a qualquer momento podem ser retirados do local.

No momento em que o tra-

tor da Administração se aproximou do trailer, feirantes e funcionários das oficinas vizinhas se colocaram à sua frente, na tentativa de evitar a derrubada. Alguns feirantes receberam voz de prisão e chegaram a trocar empurrões com a Polícia Militar. Jorge Rodrigues, proprietário de uma oficina e amigo de Ana Rita, se agarrou à pá mecânica, acabou levantado pelo trator, e teve de ser retirado à força pelos policiais.